FILIADO À FENAJUFE
SINDJUS DF em Ação

Mobilização!

BOLETIM SINDJUS-DF 19/02/2020

Sindjus-DF convoca servidores à assembleia-geral para discutir

Ato/Paralisação/Greve Geral do dia 18 de março

A direção do Sindjus-DF convoca os servidores do Poder Judiciário e do MPU para assembleia-geral que será realizada em 27 de fevereiro, às 18h em primeira chamada e 18h30 em segunda chamada, na Praça dos Tribunais (Marquise do Edifício Sede do TRF1), com objetivo de discutir a participação do Sindicato no Ato/Paralisação/Greve Geral do dia 18 de março, chamado por várias entidades sindicais em prol da defesa dos direitos dos servidores públicos, e eleger delegados à Reunião Ampliada da Fenajufe do dia 7/3.

Pauta do dia 18/03

1) defesa dos serviços e dos servidores públicos;

2) defesa das carreiras e dos direitos do funcionalismo público;

3) contra a redução da jornada de trabalho com redução salarial;

4) contra a Reforma Administrativa, que precarizará a atividade profissional e a vida dos servidores públicos;

5) denúncia dos impactos da Reforma da Previdência para a classe trabalhadora.

Um dos itens dessa pauta tem causado enorme preocupação e apreensão no âmbito do funcionalismo: a Reforma Administrativa anunciada pelo governo. Embora o conteúdo dessa reforma ainda não esteja consolidado, uma parte inicial dela já tramita no Congresso Nacional através da PEC 186/2019 (saiba mais no verso).

Parasita é quem quer destruir o serviço público!

PEC 186/2019

Está em discussão no Senado Federal, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 186/2019, que traz enorme preocupação aos servidores públicos, uma vez que trata da redução de vencimentos no funcionalismo na ordem de 25%.

A PEC 186/2019 dispõe sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.

Em outras palavras, a proposta prevê, entre outros pontos, a autorização para que União, estados e municípios cortem a jornada do funcionalismo em até 25%, com redução proporcional de salários de servidores públicos, suspenda temporariamente promoções e progressões e mude as regras para avaliações individuais do funcionalismo.

Tramitação

Para ser aprovada, uma PEC que começa a tramitar pelo Senado precisa ser passar pela CCJ e, depois, pelo plenário da Casa, por 49 votos favoráveis, do total de 81 senadores, em dois turnos de votação. Em seguida, segue para a Câmara, onde é analisada pela CCJ, passa por uma comissão especial e, no plenário, precisa de 308 dos 513 deputados, também em dois turnos.

Embora ainda esteja no início da tramitação, é fundamental que demonstremos nossa indignação com essa matéria e com a forma desrespeitosa e desumana como estamos sendo atacados pelo governo e por parte do Congresso Nacional. Recentemente, nós, servidores públicos, fomos agredidos pelo ministro da Economia, quando nos chamou de parasitas. Exigimos RESPEITO E VALORIZAÇÃO!

União

É importante que os servidores do Poder Judiciário e do MPU participem dessa assembleia, decidindo como se dará a participação do Sindjus-DF no dia 18 de março. De forma participativa e transparente, o Sindicato chama a categoria a escolher o melhor caminho a ser seguido em um momento onde a nossa união é fundamental para o enfrentamento aos ataques do governo. Juntos, somos mais fortes.